O "NOVO" ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ASPECTOS DE SEU SISTEMA DE ENSINO DE 1º GRAU

Lucia B. Bethencourt da Silva M. de Aragão*

1. Introdução; 2. Análise de relações; 3. Exame de taxas; 4. Estudo de fluxos escolares; 5. Conclusões; 6. Recomendação.

1. Introdução

Decorridos 11 anos da fusão do ex-Estado da Guanabara com o ex-Estado do Rio de Janeiro, cabe empreender esforços no sentido de analisar o desempenho do sistema de ensino fundamental ou de 1º grau, do "novo" Estado do Rio de Janeiro, e captar as tendências reveladas por esse mesmo sistema. É tempo de verificar se o aludido Estado vem cumprindo a determinação constitucional de, em oito anos, dotar as crianças, na faixa etária dos 7 aos 14 anos, de um instrumental mínimo de conhecimentos que lhes permita enfrentar as exigências da vida moderna. É crucial identificar os problemas cujas soluções já foram alcançadas e aqueles que permanecem irresolutos.

Tomando-se como ponto de referência resultados de pesquisa de opinião pública, recentemente divulgados por órgãos da imprensa, verifica-se que a educação ocupa lugar privilegiado no conjunto das preocupações que afligem a população fluminense. Deles depreende-se que a questão, antes polarizada na escassez de vagas oferecidas, hoje gira em torno, quase exclusivamente, da qualidade do ensino ministrado.

Com efeito, já não se vêem estampadas, nas primeiras páginas dos jornais, fotos das intermináveis filas que se formavam à porta das escolas de 1º grau, ao início de cada ano letivo, em busca de uma vaga.

* Advogada; Mestre em educação, habilitação em administração universitária, pela Uerj; professora da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro; assessora pedagógica da Presidência da Associação Universitária Santa Úrsula.

De fato, diminuíram os clamores contra a existência de um grande número de crianças que, anualmente, engrossavam as fileiras dos "banidos pelo sistema", por insuficiência de vagas. O que agora se discute é o grande número de crianças, na faixa dos 7 aos 14 anos, que continuam sem receber ensino fundamental, porque abandonam "voluntariamente" as escolas de 1º grau, mesmo quando o ensino lhes é oferecido gratuitamente, como no caso das escolas públicas, se é que se pode falar em ensino gratuito.

Por outro lado, segundo o *caput* de art. 176 da Constituição federal em vigor, a educação é direito de todos e *dever* do Estado e, nos termos do inciso II, do parágrafo 3º do mesmo artigo, "o ensino primário é obrigatório para todos, dos 7 aos 14 anos, e gratuito nos estabelecimentos oficiais". Este inciso foi regulamentado pelo art. 1º da Lei nº 7.044/82, que lhe dá a seguinte interpretação:

"Art. 1º (. . .)

§ 1º Para efeito do que dispõem os arts. 176 e 178 da Constituição, entende-se por ensino primário a educação correspondente ao ensino de 1º grau e, por ensino médio, o de 2º grau."

Assim sendo, segundo determinação da Carta Magna, cada unidade da Federação tem o prazo de oito anos para escolarizar, em nível de 1º grau completo, sua população na faixa etária dos 7 aos 14 anos.

Do que ficou visto, decorrem duas questões: a) por que teriam cessado os clamores contra a existência de um grande número de crianças que, anualmente, não conseguiam vaga no 1º grau de ensino? b) está sendo cumprida a determinação constitucional de escolarizar, em oito anos, em nível de 1º grau completo, a população fluminense na faixa dos 7 aos 14 anos?

Na tentativa de responder a tais questões, optou-se por analisar inicialmente, três relações: docente em regência de turma – estabelecimento de ensino; matrícula inicial – docente em regência de turma; e matrícula inicial – estabelecimento de ensino. Para tanto organizaram-se as séries temporais constantes nas tabelas 1, 2 e 3, que, para facilitar ao leitor o entendimento deste artigo, vão apresentadas logo após esta Introdução. A seguir, julgou-se oportuno analisar três taxas: distorção série-idade; evasão imediata e escolarização. Por fim, escolheu-se observar o comportamento do fluxo escolar do sistema de ensino de 1º grau, do "novo" Estado do Rio de Janeiro.

A inexistência de mais dados oficialmente divulgados e a indisponibilidade de outros, apresentados de forma seqüencial, limitaram o presente artigo, sem contudo invalidá-lo.

Tabela 1

Ensino de 1º grau

Matrícula inicial e final por dependência administrativa, segundo a localização (1975-84)

Ano	Matrícula inicial										Matrícula final									
	Total		Federal		Estadual		Municipal		Particular		Total		Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural
1975	1.897.681	153.819	11.141	–	522.989	100.975	879.129	44.965	484.382	8.379	1.705.801	117.202	11.484	76	474.818	68.032	818.207	35.386	401.312	12.688
1976	1.899.986	137.017	8.980	40	578.522	84.388	874.278	35.961	438.206	13.668	1.837.093	121.169	6.452	34	564.112	79.361	871.663	37.040	394.866	4.734
1977	1.976.877	136.307	5.238	88	610.971	88.026	990.230	42.804	370.438	4.991	1.901.432	137.819	4.227	–	575.015	85.607	881.571	46.400	440.619	5.812
1978	2.032.089	153.134	2.328	–	622.844	97.462	880.864	48.234	526.262	8.415	1.888.286	132.433	3.284	21	580.867	76.277	822.240	48.383	482.895	7.752
1979	2.038.492	163.211	2.603	53	624.303	99.213	843.494	54.717	568.092	9.228	1.883.906	128.207	2.392	38	586.272	79.107	786.767	38.403	528.074	10.699
1980	2.038.211	222.719	5.285	–	620.343	168.148	795.173	56.814	607.440	7.789	1.907.087	157.068	4.832	227	540.833	84.973	776.484	63.976	585.088	7.892
1981	2.068.908	188.443	6.640	243	578.982	90.695	817.827	89.948	665.480	8.857	1.900.243	130.983	3.788	30	531.540	83.311	753.897	41.982	611.017	5.630
1982	2.088.851	144.667	5.616	35	572.644	89.943	806.523	48.726	702.168	5.963	1.935.901	138.034	11.765	2.078	504.405	76.878	724.373	53.038	694.938	7.052
1983	2.110.277	161.727	14.785	2.194	572.639	87.688	788.133	62.306	734.729	9.539	1.942.414	133.351	7.168	–	505.086	72.284	733.975	53.848	696.175	7.419
1984	2.047.286	154.442	6.053	–	888.180	84.823	848.456	61.479	805.627	8.140	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Informática, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

Tabela 2

Ensino de 1º grau

Estabelecimento de ensino por dependência administrativa, segundo a localização (1975-84)

Ano	Estabelecimento de ensino									
	Dependência administrativa									
	Total		Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural
1975	1.093	27	–	–	156	12	157	9	780	6
1976	5.834	1.796	14	1	2.300	995	2.125	729	1.395	71
1977	5.926	1.844	10	1	2.397	1.058	2.226	757	1.239	28
1978	6.074	2.258	9	3	2.466	919	2.238	831	1.361	505
1979	6.063	2.450	10	1	2.445	1.451	2.273	965	1.335	33
1980	5.907	2.257	7	–	2.434	1.235	2.192	974	1.274	48
1981	6.031	2.544	15	4	2.367	1.502	2.301	1.001	1.348	37
1982	6.024	2.474	8	1	2.373	1.508	2.267	941	1.376	24
1983	6.229	2.387	14	1	2.350	1.469	2.218	883	1.467	34
1984	6.106	2.425	8	–	2.329	1.449	2.301	946	1.468	30

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Informática, Serviço de Estatística da Educação e Cultura

Tabela 3

Ensino de 1º grau

Pessoal docente em regência por dependência administrativa, segundo a localização (1975-84)

Ano	Pessoal docente									
	Dependência administrativa									
	Total		Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural
1975	81.403	6.066	934	–	22.205	3.935	35.129	1.711	23.135	420
1976	75.049	4.964	944	2	22.137	2.860	30.229	1.502	21.669	600
1977	97.639	6.283	571	2	32.945	4.252	38.994	1.651	25.129	378
1978	84.256	6.430	437	–	26.237	4.098	33.540	1.941	24.042	391
1979	84.211	6.644	318	2	25.701	4.003	32.817	2.210	25.375	429
1980	85.806	5.997	315	–	27.414	3.630	32.765	1.750	25.312	617
1981	92.360	8.694	679	15	26.440	4.537	33.988	3.710	31.253	432
1982	90.677	6.503	509	1	27.245	4.015	33.617	2.223	29.306	264
1983	93.047	7.206	1.305	144	28.408	4.019	34.197	2.586	29.137	457
1984	92.629	7.192	662	–	29.487	4.101	36.029	2.715	26.451	376

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Informática, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

2. Análise de relações

2.1 *Relação docente em regência – estabelecimento de ensino*

O exame das relações apuradas (tabela 4) mostra,de pronto, significativa diferença entre os anos de 1975 e 1976, no que tange a número de professores em regência de turma por estabelecimento de ensino. Em 1975, havia 74,48 professores para cada estabelecimento de ensino no 1º grau. Em 1976, essa relação passa a ser de 12,86 professores para cada estabelecimento de ensino.

Consultando-se a tabela 2, verifica-se que, de 1975 para 1976, o número total de estabelecimentos de ensino cresceu de 1.093, em 1975, para 5.834, em 1976, o que equivale a um aumento de 433,76%. Adotando-se igual procedimento no tocante à tabela 3, constata-se que o número de professores diminuiu de 81.403, em 1975, para 75.049, em 1976, o que corresponde a uma redução de 7,80%. Assim, do ano de 1975 para 1976, a queda brusca registrada na relação docente-estabelecimento de ensino decorre do fato de que, nesse período, houve vertiginoso crescimento do número de estabelecimentos de ensino de 1º grau e concomitante diminuição do número de professores. Era de se esperar que a um aumento de 4.741 estabelecimentos escolares correspondesse um crescimento do número de docentes. Contudo, o contingente de professores diminui, nesse período. Ele só irá aumentar, significativamente, no ano seguinte (1977), em 30,10%, como pode ser constatado na tabela 3. De 75.049 professores, em 1976, o Estado do Rio de Janeiro passou a contar com 97.639 professores, em 1977.

Num primeiro momento, poder-se-ia atribuir ao fenômeno a seguinte explicação: em 1975 foi processada a fusão dos ex-Estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Assim, seria natural que os dados estatísticos de 1975 espelhassem a realidade anterior à fusão e os do ano seguinte refletissem os acréscimos dela decorrentes. O brusco crescimento do número de estabelecimentos de ensino estaria justificado e a diminuição do número de professores, constatada em 1976, não seria real, e sim,aparente. Na verdade, nesse ano, o "novo" Estado contaria com um número maior de professores. Seu registro é que teria sido retardado, aparecendo nas estatísticas do ano seguinte (1977).

Acontece que os dados relativos ao ano de 1975, constantes das tabelas utilizadas neste artigo, já registram a *soma* do que havia no ex-Estado da Guanabara com o que existia no ex-Estado do Rio de Janeiro. Desse modo, não há como atribuir-se à fusão dos estados o aparecimento de 4.741 estabelecimentos de ensino, do ano de 1975 para o de 1976, bem como o surgimento de 22.590 professores, de 1976 para 1977. De qualquer forma, o que fica claro é que, a partir de 1978, a relação docente-estabelecimento de ensino irá oscilar entre 13,87 e 15,17 professores por estabelecimento de ensino.

Tabela 4
Ensino de 1º grau
Relação docente em regência-estabelecimento de ensino por dependência administrativa, segundo a localização (1975-84)

Relação docente em regência-estabelecimento de ensino

Ano	Total		Dependência Administrativa							
			Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural
1975	74,48	224,66	*	–	142,34	327,92	223,75	190,11	29,66	70
1976	12,86	2,76	67,42	2	9,64	2,87	14,26	2,06	15,53	8,45
1977	16,48	3,40	57,1	2	13,74	4,02	17,52	2,18	19,43	13,5
1978	13,87	2,85	48,55	**	10,64	4,46	14,99	2,33	17,66	0,77
1979	13,89	2,71	31,8	2	10,51	2,75	14,44	2.29	19	13
1980	14,53	2,66	45	–	11,26	2,94	14,95	1,80	19,87	12,85
1981	15,31	3,42	45,27	3,75	11,70	3,02	14,77	3,71	23,18	11,67
1982	15,05	2,63	63,62	1	11,48	2,66	14,83	2,36	21,30	11
1983	14,94	3,02	93,21	144	12,09	2,73	15,42	2,93	19,86	13,44
1984	15,17	2,96	82,75	–	12,66	2,83	15,66	2,87	18,02	12,53

Fonte: Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Informática, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.
* Não-calculada em razão de que, embora haja dados quanto ao número de docentes (934) em regência, o mesmo não ocorre em relação ao número de estabelecimentos de ensino.
** Não calculada em razão de que, embora haja dados quanto ao número de estabelecimentos de ensino (3), o mesmo não ocorre em relação ao número de docentes em regência.

Outro ponto considerado e digno de nota é a comparação entre a relação docente-estabelecimento de ensino (ver tabela 4). Do ano de 1977, com a do ano de 1984 (sete anos após, portanto). Verifica-se que a primeira é maior do que a segunda. Em outras palavras: em 1977, havia mais professores em regência, por estabelecimento de ensino, no "novo" Estado do Rio de Janeiro, do que em 1984. Nova consulta à tabela 3 mostra que, em 1977, havia 97.639 professores em regência de turma, no 1º grau. Em 1984, esse número passou a ser de 92.629 (5,13% a menos, portanto). De outro lado, a tabela 2 revela um crescimento do número de estabelecimentos de ensino na ordem de 3,03% (de 5.926, em 1977, para 6.106, em 1984). Desse modo constata-se que, embora o número de estabelecimentos de ensino seja maior, em 1984, do que o registrado em 1977, o contingente de professores diminuiu em 5,13%. Logo, a queda da relação docente-estabelecimento de ensino verificada entre os anos de 1977 e 1984, está relacionada com o aumento dos estabelecimentos e com a diminuição do número de professores, embora a influência do primeiro fator seja muito mais significativa.

Por fim, cabe chamar a atenção para a brusca queda da relação em causa, quanto a estabelecimentos de ensino particular na zona rural, do ano de 1977 para o de 1978. Verifica-se que a aludida relação cai de 13,5 docentes por estabelecimento para 0,77, de um ano para outro. Consultando-se a tabela 2, verifica-se que, em 1977, havia 28 estabelecimentos de ensino particular, na zona rural do Estado do Rio de Janeiro. Em 1978, esse número passa a ser de 505 estabelecimentos (cresceu 1.703,57%). Como no ano seguinte (1979) tal número cai para 33 estabelecimentos, fica a pergunta: qual o destino dado aos 472 estabelecimentos de ensino particular, na zona rural, que deixaram de funcionar, em 1979, no Estado do Rio de Janeiro?

2.2 *Relação matrícula inicial-docente em regência*

Examinando-se os resultados constantes na tabela 5, verifica-se de imediato que, no *total* do Estado do Rio de Janeiro, a menor dentre as relações apuradas é a referente ao ano de 1977 (20,24 alunos por professor) e a maior a relativa ao ano de 1976 (25,32 alunos por professor). É que, de 1976 para 1977, enquanto o número de matrículas inicial *cresceu de 3,97%* (de 1.900.586, em 1976, para 1.975.977, em 1977), o número de professores em regência de turma *aumentou de 30,10%* (de 75.049 para 97.639). Como em nenhum outro momento ocorrerá uma ampliação do número de professores proporcionalmente tão distanciada da do número de matrículas iniciais, 1977 passou a ser o ano em que houve, no total, menos alunos por professor, no Estado do Rio de Janeiro. Já no que tange à maior relação referida, tem-se que, de 1975 para 1976, enquanto o contingente total de professores em regência sofreu uma redução de 7,80% (de 81.403, em 1975, para 75.049 em 1976), o de matrículas iniciais cresceu 1,76% (de 1.867.661, para 1.900.586). Embora, em outros períodos, tenha ocorrido descompasso semelhante, foi em 1976 que ele mais se acentuou.

Outro fato que chama a atenção refere-se à tendência para a estabilização da relação matrícula inicial-docente em regência, verificada a partir de 1980. Uma consulta às tabelas 1 e 3 mostra que as oscilações constatadas, de um ano para outro, tanto no número das matrículas quanto no de professores, têm-se equilibrado, mantendo a relação em causa mais ou menos estável. Mostra, também, que o *crescimento da matrícula inicial*, no 1º grau do Estado do Rio de Janeiro, *foi decrescente* a partir dessa data. Senão, vejamos: de 1980 para 1981, o número de matrículas cresce de 1,51%; de 1981 para 1982, aumenta de 1,36%; de 1982 para 1983, sobe 1,12%; de 1983 para 1984, diminui de 2,98%. Logo, a partir de 1980, o crescimento do número de matrículas iniciais foi progressivamente diminuindo até 1984, último ano abordado neste artigo. Já no que tange ao número de professores, a situação mostrou-se diferente: de 1980 para 1981, esse número cresce de 7,64%; de 1981 para 1982, diminui de 1,82%; de 1982 para 1983, sobe 2,61%; de 1983 para 1984, diminui de 0,45%. Não se constata, portanto, tendência à diminuição , mas sim, oscilações que terminam por registrar, ao final, um aumento no total do número de professores em regência de turma, no 1º grau do Estado.

2.3 *Relação matrícula inicial-estabelecimento de ensino*

Aqui (tabela 6), à semelhança do ocorrido na relação docente-estabelecimento de ensino, anteriormente analisada, constatou-se significativa diferença entre as relações matrícula inicial por estabelecimento de ensino, dos anos de 1975 e de 1976. Em 1975, no total, havia 1.708,74 alunos por estabelecimento de ensino. Em 1976, passou-se a ter 325,78 alunos por estabelecimento de ensino, no 1º grau do Estado do Rio de Janeiro. Como já foi visto, de 1975 para 1976, o número de estabeleci-

Tabela 5
Ensino de 1º grau
Relação matrícula inicial-docente em regência por dependência administrativa, segundo localização (1975-84)
Relação matrícula inicial-docente em regência

Ano	Dependência Administrativa									
	Total		Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural
1975	22,94	25,37	11,93	–	23,55	25,66	25,02	26,05	19,64	19,95
1976	25,32	27,60	9,49	20	26,13	29,50	26,85	25,93	20,25	22,76
1977	20,24	21,54	9,17	43	18,54	20,70	23,09	25,80	18,29	12,14
1978	24,12	23,81	5,33	–	23,73	23,79	26,26	25,36	21,89	16,41
1979	24,18	24,56	8,18	26,5	24,29	24,78	25,70	24,75	22,31	21,51
1980	23,64	37,14	16,68	–	22,63	43,57	24,27	32,46	24,00	12,57
1981	22,29	19,49	9,78	16,2	21,90	19,99	24,06	18,85	20,98	19,81
1982	23,01	22,25	11,03	35	21,01	22,40	23,92	21,92	23,96	22,59
1983	22,68	22,44	11,33	15,24	20,16	21,82	23,34	24,09	24,87	20,87
1984	22,10	21,47	12,18	–	19,88	20,68	23,49	22,64	22,93	21,65

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Informática, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

mentos de ensino cresceu 433,76%. Por outro lado, nesse mesmo período, o número de matrículas iniciais cresceu em 1,76% (tabelas 1 e 2). Desse modo, teve-se bem menos alunos por estabelecimento, em 1976, do que em 1975. No ano seguinte (1977), como as matrículas iniciais experimentaram um aumento de 3,97% e o número de estabelecimentos subiu apenas 1,58%, a relação aluno por estabelecimento de ensino registrou acréscimo.

Merecem destaque os outros acréscimos sofridos pela relação em causa, nos períodos de 1978/79, 1979/80 e 1981/82. É que neles, o número de estabelecimentos de ensino de 1º grau diminui, respectivamente, 0,18, 2.57 e 0,12%. A relação aluno-estabelecimento de ensino ficou maior, portanto, não porque houvesse aumentado o

Tabela 6
Ensino de 1º grau
Relação matrícula inicial-estabelecimento de ensino por dependência administrativa, segundo localização (1975-84)

Relação matrícula inicial-estabelecimento de ensino

Ano	Dependência Administrativa									
	Total		Federal		Estadual		Municipal		Particular	
	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural	Total	Rural
1975	1.708,74	5.700,70	*	–	3.352,56	8.414,58	5.599,55	4.951,66	582,55	1.396,5
1976	325,78	76,29	640	40	251,53	84,79	411,42	53,43	314,57	192,37
1977	333,44	73,38	523,8	86	254,89	83,20	404,41	56,28	355,40	163,96
1978	334,55	67,82	258,78	**	252,49	106,07	393,59	59,25	386,67	12,70
1979	335,89	66,61	260,3	53	255,34	68,37	371,09	56,70	424,03	279,64
1980	343,36	98,68	750,71	–	254,86	128,05	362,76	58,33	476,80	161,64
1981	341,39	66,60	442,67	60,75	244,60	60,38	355,42	69,88	486,26	231,27
1982	346,42	58,47	702	35	241,27	59,64	355,77	51,78	510,30	248,46
1983	338,78	67,75	1.506,07	2.194	243,67	59,69	359,84	70,56	494,02	280,53
1984	335,29	63,69	1.007,87	–	251,67	58,54	367,86	64,99	413,23	271,33

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Informática, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.
* Não-calculada em razão de que, embora haja dados quanto a número de matrículas iniciais (11.141), o mesmo não ocorre com relação ao número de estabelecimentos de ensino.
** Não-calculada em razão de que, embora haja dados quanto ao número de estabelecimentos (3), o mesmo não ocorre com relação ao número de matrículas iniciais.

número de alunos, mas, sim, em razão de haver diminuído o número de estabelecimentos de ensino. Por outro lado, a mesma relação tende a diminuir nos períodos de 1982/83 e de 1983/84. No primeiro deles, a razão está relacionada com o fato de que houve um aumento do número de estabelecimentos (3,40%) maior do que o de matrículas efetuadas (1,12%). Já no segundo período aludido (1983/84), a diminuição registrada deu-se em razão de que a diminuição do número de matrículas realizadas(−2,98%) foi maior do que a corrida em relação ao número dos estabelecimentos em funcionamento (−1,97%).

Tabela 7
Ensino de 1º grau
Taxa de distorção série-idade, por série e dependência administrativa (1982-83)

Ano / Dependência Administrativa	Total	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
	Série								
Total									
1982	75,13	68,32	75,62	77,54	77,48	79,53	78,70	76,62	74,61
1983	74,69	67,15	75,22	77,52	77,26	78,68	77,90	76,14	73,81
Federal									
1982	66,20	81,97	87,88	90,00	64,77	64,71	66,60	63,23	73,35
1983	57,33	59,93	64,53	68,36	75,65	53,12	55,21	57,25	57,88
Estadual									
1982	80,45	66,14	80,42	84,90	84,73	86,19	85,51	83,28	80,34
1983	81,15	66,89	81,34	86,34	85,73	86,43	85,64	83,32	81,37
Municipal									
1982	78,02	71,49	79,40	80,51	80,69	82,06	81,89	78,98	76,63
1983	78,54	72,02	79,15	81,45	80,99	82,53	82,02	80,96	76,82
Particular									
1982	67,54	65,81	64,34	66,86	67,21	71,19	70,43	70,39	69,84
1983	64,71	60,21	61,87	64,25	65,53	68,72	68,86	57,75	67,82

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Informática, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

3. Exame de taxas

3.1 *Taxa de distorção série-idade*

O exame da tabela 7 mostra ter havido um comportamento estável da taxa de distorção série-idade, no 1º grau de ensino, nos anos de 1982 e 1983. Mostra, ainda, que a maioria dos alunos cursava o 1º grau fora da faixa etária oficial (dos 7 aos 14 anos), inclusive na rede de ensino particular. Contudo, deve-se ter presente que, enquanto nesta as taxas de distorção série-idade atingiram a casa dos 71% , na rede municipal e na rede estadual de ensino tais taxas elevaram-se até mais de 82% e a mais de 86% respectivamente. Ou seja, nos anos em estudo, a rede estadual de ensino de 1º grau deteve o recorde em número de alunos fora da faixa etária oficial (7 a 14 anos), secundada pela rede municipal.

Por outro lado, verifica-se que, de 1982 para 1983, nas redes estadual e municipal a taxa em causa experimentou crescimento, enquanto nas redes federal e particular registrou decréscimo. Em termos de total do Estado, as taxas de distorção série-idade apuradas foram, em maioria, menores em 1983. Torna-se necessário, portanto, analisar o que veio a ocorrer nos anos posteriores aos aqui levantados, a fim de que se possa ter condições de avaliar se o fenômeno detectado configura uma tendência à regressão da taxa de distorção série-idade, no Estado do Rio de Janeiro, ou se foi um acontecimento meramente circunstancial, bem como se a faixa etária oficialmente considerada como correspondendo ao ensino de 1º grau (7 a 14 anos) aberra da realidade, carecendo de ser revista.

Tabela 8
Ensino de 1º grau
Taxa de evasão imediata por série, segundo dependências administrativas (1981-83)

Dependência Administrativa / Ano	Taxa de evasão imediata								
		Série							
	Total	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Total									
1981	6,62	8,20	6,80	6,07	5,27	6,91	6,05	5,96	4,84
1982	5,86	8,78	5,64	4,62	4,06	5,27	4,50	4,71	4,51
1983	6,68	8,25	6,72	5,62	5,19	7,21	6,09	5,61	4,45
Federal									
1981	3,02	10,31	26,23	23,08	3,61	3,33	0,68	2,42	2,34
1982	0,75	5,57	3,66	4,32	0,74	0,08	0,00	0,00	0,00
1983	0,36	1,11	0,00	1,10	0,31	0,53	0,10	0,29	0,54
Estadual									
1981	8,81	10,32	9,19	8,76	7,67	9,39	8,42	7,49	5,56
1982	8,21	11,63	8,41	7,20	6,46	7,82	6,79	6,18	8,31
1983	9,43	11,88	9,26	8,58	7,64	10,77	9,06	8,35	6,49
Municipal									
1981	5,63	7,84	5,32	4,73	4,08	5,70	4,60	4,96	4,05
1982	5,15	8,73	3,97	3,27	4,56	4,28	3,38	4,85	3,40
1983	5,22	7,55	4,71	4,07	3,77	5,23	4,69	4,56	3,36
Particular									
1981	5,89	7,36	5,58	4,95	4,45	6,16	5,88	5,79	5,05
1982	4,81	7,16	4,17	4,05	4,25	4,43	4,09	3,81	3,13
1983	6,10	8,53	5,85	5,07	4,92	6,56	5,34	4,77	4,20

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Informática, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

3.2 *Taxa de evasão imediata*

A análise das taxas de evasão imediata, relativas aos anos de 1981, 1982 e 1983 (tabela 8), revela que a rede de ensino estadual foi a que apresentou maior incidência de evasão, em todo o Estado do Rio de Janeiro. Revela, ainda, que das oito séries integrantes do 1º grau, a primeira série foi a que apresentou as mais elevadas taxas de evasão tanto no que concerne a dados de total do Estado, quanto no que se refere a dados pertinentes a cada uma das redes de ensino aqui consideradas. Em outras palavras, nos três anos analisados, a série em que os alunos mais se evadiram da escola foi a primeira, inclusive na rede particular. Por fim, verifica-se que a evasão em tela foi mais acentuada nas quatro primeiras séries — que correspondem ao antigo primário —, do que nas quatro últimas — que correspondem ao antigo ginásio.

3.3 *Taxa de escolarização*

O exame da presente taxa mostra que, nos anos de 1981, 1982 e 1983, mais de 90% das crianças que estavam na faixa dos 7 aos 14 anos, no "novo" Estado do Rio de Janeiro, matricularam-se nas escolas de 1º ou de 2º graus de ensino, desse estado. Verifica-se, ainda, que tal nível de atendimento sofreu uma queda em 1982, voltando a subir em 1983, inclusive com relação ao contingente de crianças que, embora na faixa dos 7 aos 14 anos, já se encontrava cursando o 2º grau de ensino. Desse resultado, pode-se deduzir que, naqueles anos, a rede de ensino de 1º grau, do "novo" Estado do Rio de Janeiro, encontrava-se em condições de assimilar a grande maioria das crianças em idade escolar (tabela 9).

Tabela 9

Ensino de 1º grau
Taxa de escolarização (1981-83)

Ano	1º grau	1º ou 2º grau
1981	93,01	93,56
1982	90,63	91,04
1983	92,78	93,25

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Informática, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

4. Estudo de fluxos escolares

No que tange aos dados de total do Estado do Rio de Janeiro, o exame dos fluxos escolares, relativos aos períodos de 1975/82, 1976/83 e 1977/84, mostra que do contingente de alunos que se matricularam na 1ª série, aproximadamente 60% tornaram a matricular-se na 2ª série no ano seguinte; 43% ingressaram na 5ª série, quatro anos após, e apenas cerca de 20% atingiram a 8ª série. Em outras palavras, do total da população que se matriculou na 1ª série do 1º grau de ensino, do "novo" Estado do Rio de Janeiro, nos três períodos de tempo mencionados, apenas cerca de 43% completaram as quatro primeiras séries (antigo primário) e somente menos de 22% chegaram à 8ª série (quadros 1, 2 e 3).

Quadro 1

Fluxo escolar

Ano	(%)	(%)	Série
1982	21,27	1,78	8ª
1981	26,47	4,47	7ª
1980	33,67	7,04	6ª
1979	43,83	5,77	5ª
1978	44,00	18,62	4ª
1977	49,14	20,04	3ª
1976	51,58	33,14	2ª
1975	100	100	1ª
	Total	Rural	

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Informática, Serviço de Estatística e Cultura.

Mudando-se o foco de análise para os dados relativos à zona rural, constata-se que nela a situação é alarmante. Do contingente de alunos que se matricularam na 1ª série, pouco menos de 50% a pouco mais de 33% ingressaram na 2ª série no ano seguinte; apenas pouco menos de 11% a pouco mais de 5% atingiram a 5ª série quatro anos após e, por incrível que pareça,a faixa de ingresso na 8ª série situou-se entre pouco menos de 4% e pouco mais de 2%.

Quadro 2

Fluxo escolar

Ano	(%)	(%)	Série
1983	20,30	3,46	8ª
1982	26,38	3,17	7ª
1981	33,04	7,89	6ª
1980	43,45	10,76	5ª
1979	44,87	24,35	4ª
1978	51,58	31,00	3ª
1977	57,99	37,84	2ª
1976	100	100	1ª
	Total	Rural	

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Informática, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

A situação aqui descrita leva à seguinte alternativa: o sistema de ensino de 1º grau, do "novo" Estado do Rio de Janeiro, vem sendo dimensionado levando em consideração a alta retenção de alunos registrada neste artigo ou, pelo contrário, vem sendo dimensionado considerando inexistência ou níveis menores de retenção. Na primeira hipótese, ele não estaria conseguindo atingir o objetivo de escolarizar, em oito anos, as crianças de 7 a 14 anos, do Estado. Na segunda, estaria sendo preocupantemente ocioso.

Quadro 3

Fluxo escolar

Ano	(%)	(%)	Série
1984	18,96	2,61	8ª
1983	24,96	4,78	7ª
1982	32,9	4,02	6ª
1981	43,31	10,81	5ª
1980	44,32	34,91	4ª
1979	52,79	36,09	3ª
1978	60,54	47,9	2ª
1977	100	100	1ª
	Total	Rural	

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Informática, Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

5. Conclusões

Os resultados que precedem permitem estabelecer as seguintes conclusões:

1. De 1975 a 1977, ocorreram alterações consideráveis no sistema de ensino de 1º grau, do "novo" Estado do Rio de Janeiro, não-relacionadas à fusão do ex-estado da Guanabara com o ex-Estado do Rio de Janeiro. De 1975 para 1976, o número de estabelecimentos cresceu em 433,76% e, de 1976 para 1977, o número de docentes em regência e o número de matrículas iniciais aumentaram de 30,10 e 3,93% respectivamente. Como conseqüência, as relações docente em regência-estabelecimento de ensino, matrícula inicial-docente em regência, e matrícula inicial-estabelecimento de ensino registraram decréscimos significativos.

De 1978 a 1984, tais relações revelaram uma *tendência à estabilização*, a despeito das oscilações verificadas em cada qual. Desse modo, conclui-se que, de 1978 a 1984, os recursos econômicos e financeiros empregados no sistema de ensino de 1º grau foram suficientes tão-somente para mantê-lo em condições de estabilidade. Conside-

rando-se, porém, o desaquecimento dos debates em torno do número de crianças, que, anualmente, deixavam de ingressar no sistema de ensino de 1º grau, pode-se admitir que esse sistema passou a ter condições de atender, ao menos do ponto de vista quantitativo, aos reclamos da população fluminense.

2. Se, de 1981 a 1983, o problema de insuficiência na oferta de vagas, no 1º grau de ensino, parecia equacionado, o mesmo não se dava em relação às condições oferecidas por esse sistema, no sentido de evitar que sua clientela (crianças dos 7 aos 14 anos) abandonasse as escolas, antes de completar os estudos considerados fundamentais a todo e qualquer cidadão ou cidadã brasileiros;

3. Do mesmo modo, de 1977 a 1984, não logrou o sistema de ensino de 1º grau, do "novo" Estado do Rio de Janeiro, cumprir a determinação constitucional no sentido de, em oito anos, escolarizar, em nível de 1º grau completo, sua população na faixa etária dos 7 aos 14 anos.

4. Assim, quer pela defecção expressiva de alunos, quer pelo baixo percentual daqueles que conseguiram, em oito anos, atingir a última das oito séries que integram o curso de 1º grau, fica evidente que o desempenho do sistema de ensino de 1º grau do "novo" Estado do Rio de Janeiro, nos anos estudados, deixou muito a desejar, justificando, desse modo, clamores contra a qualidade do ensino que oferece.

6. Recomendação

Tendo em vista os dados examinados e as conclusões alcançadas, recomenda-se a realização de novos estudos, a fim de que sejam respondidas, de forma clara e precisa, as seguintes indagações: 1. que motivos têm determinado o abandono da escola, pelas crianças de 7 a 14 anos que, considerada sua pouca idade, somente poderiam fazê-lo com a aquiescência dos respectivos responsáveis? 2. quais as causas que vêm motivando o elevado índice de repetência no 1º grau de ensino?

É possível que, a partir de uma consulta ampla a alunos, responsáveis por estes e professores de 1º grau, se possam reunir os elementos necessários à reformulação qualitativa do sistema em questão.